

<p>O <b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO</b>, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, por intermédio de um dos Pregoeiros designados pela Portaria 026/2005, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados, em obediência ao disposto na Lei nº 10.520 de 17.07.2002, no Decreto 5.450/2005, no Acordo de Cooperação Técnica nº 04CN001 para utilização de sistema informatizado de licitações, firmado com o Banco do Brasil S/A, publicado no DOU, Seção III, em 06/02/04 e, subsidiariamente às Leis 8.078/90, 8.666/93 e 9.784/99 e suas alterações e demais legislações complementares, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, destinada às aquisições e serviços de que trata o presente Edital.</p>	
<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2006</b></p>	

<p><b>PROCESSO TRT/DSE/197//06</b></p>	
<p><b>OBJETO</b></p>	<p><b>AQUISIÇÃO DE PABX DDR PARA NOVE LOCALIDADES, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NESTE EDITAL.</b></p>
<p><b>TIPO:</b></p>	<p><b>MENOR PREÇO GLOBAL</b></p>

<p><b>LIMITE PARA APRESENTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU RETIRADA DA PROPOSTA</b></p>
<p><b>14 DE SETEMBRO DE 2006 ÀS 12 HORAS.</b></p>

<p><b>ABERTURA DAS PROPOSTAS NO MEIO ELETRÔNICO</b></p>
<p><b>14 DE SETEMBRO DE 2006 ÀS 12 HORAS.</b></p>

<p><b>DATA E HORÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE LANCES</b></p>
<p><b>15 DE SETEMBRO DE 2006 ÀS 14 HORAS.</b></p>

<p><b>OBTENÇÃO DO EDITAL</b></p>	
<p><b>TRT</b></p>	<p>DISPONÍVEL PARA LEITURA, OU PARA CÓPIA, NA RUA CURITIBA, 835, 7º ANDAR, BELO HORIZONTE/MG, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DE 10 ÀS 18 HORAS.</p>
<p><b>Internet</b></p>	<p>EDITAL, NA ÍNTEGRA, DISPONIBILIZADO NO SITE: <a href="http://www.mg.trt.gov.br">www.mg.trt.gov.br</a> (consultas/licitações) e/ou <a href="http://www.licitacoes-e.com.br">www.licitacoes-e.com.br</a>.</p>

<p><b>ESTE INSTRUMENTO CONTÉM:</b></p>
<p><b>Edital com 21 páginas, incluindo os anexos I a III, e minuta contratual.</b></p>

O Pregoeiro informa que os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico: [dsmp@mg.trt.gov.br](mailto:dsmp@mg.trt.gov.br), conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a utilização de recursos de criptografia e autenticação, que assegurem condições de segurança em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor deste Regional, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações-e, constante da página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

1.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **2 – OBJETO**

2.1 – Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e manutenção completa de PABX Digital mínimo de 15 troncos e 40 ramais DDR, com tarifação mensal, para nove localidades no Estado de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no anexo III.

## **3 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 – A despesa resultante desta licitação correrá à conta de dotações orçamentárias próprias, votadas para o ano de 2006, mediante verba PTRES – 000571- 449052; 000571- 339033 e 000571- 339039 deste Tribunal.

## **4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação de habilitação.

4.2 - Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer interessado, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples digitação da proposta a indicação, por parte do proponente, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93, aplicada subsidiariamente.

4.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) Que tenham sido declaradas inidôneas ou suspensas do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- c) Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Que possuam, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

4.4 – O licitante vencedor se obriga a manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação consignadas no edital.

## **5 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1 - O Certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na Internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quanto mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

## **6 - CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO "licitacoes-e"**

Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A., sediadas no País, nos termos e condições abaixo estabelecidos:

6.1 - O interessado deverá acessar o site <http://www.licitacoes-e.com.br>, clicar na opção "Solicitação de Credenciamento no licitações", preencher os formulários constantes do mesmo, imprimir o "Termo de Adesão ao Regulamento" e o "Termo de Nomeação do Representante", que, após assinados, deverão ser entregues em qualquer agência do Banco do Brasil S/A.

6.2 – Os interessados em participar deste Pregão poderão credenciar representante(s), mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema "licitacoes-e", no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão.

6.3 – Sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemblado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A, devidamente justificada.

6.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região ou ao Banco do Brasil S/A responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 - O credenciamento da empresa e de seu representante legal, junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.7 – As dúvidas dos interessados, quanto ao credenciamento, deverão ser sanadas através do telefone 0800-7290500.

## **7 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1 - Os licitantes, devidamente credenciados, deverão inserir suas propostas de preços iniciais, no sistema licitacoes-e, conforme planilha de formação de preços constante no anexo III, até a data e horário limites definidos no preâmbulo deste edital.

7.1.1 – Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 28, do Decreto 5.450/05 e na legislação pertinente.

7.2 – É de inteira responsabilidade dos licitantes a observação às especificações dos equipamentos ofertados, de forma a serem atendidas integralmente.

7.3 – Os preços propostos, **com duas casas decimais**, serão irredutíveis e neles deverão estar incluídas todas as despesas e tributos tais como IPI, ICMS, ISS, etc., seguro, frete e outros encargos incidentes sobre o bem cotado.

7.4 – Somente os licitantes vencedores deverão encaminhar proposta comercial, pormenorizada conforme descrito no subitem 10.2, letra "f".

7.5 – A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data prevista para abertura das mesmas.

7.6 – O Prazo de entrega e instalação dos equipamentos, a contar da assinatura do contrato, será conforme previsto no subitem 14.1.

7.7 – Serão desclassificadas as propostas que contenham cotação de objeto diverso do requerido nesta licitação, sejam omissas ou que apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.8 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.9 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **8 - ABERTURA**

8.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento exigidas.

8.2 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O Sistema comunicará, imediatamente, aos licitantes, o recebimento, horário de registro e valor do lance.

8.3 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.6 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.8 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.

8.9 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço utilizado para divulgação.

## **9 - DA HABILITAÇÃO**

9.1 - Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:

- a) habilitação jurídica;
- b) regularidade fiscal;
- c) qualificação econômica e financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;
- f) Declaração do licitante de que está ciente da vedação contida no ar. 3º, Resolução nº 7, 18/10/05, modificado pela Resolução nº 9, 06/12/05, do Conselho Nacional de justiça, conforme Anexo II.

9.2- Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes a habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, **desde que estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.**

9.3 - As empresas interessadas, que não estiverem cadastradas no SICAF, poderão realizar o seu cadastramento em Unidades Cadastradoras dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais-SISG, localizados nas Unidades da Federação.

9.4 – A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

- a) Registro comercial, em se tratando de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, nos quais deverão estar contemplados, dentre os objetivos sociais, a execução de **atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto desta licitação**.
- c) Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, em se tratando de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**Observação:** Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento original de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

9.5 – A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de regularidade para com as fazendas Federal (Receita Federal e Dívida Ativa), Estadual (ou Distrito Federal) e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de inexistência de débito perante a Previdência Social, nos termos da Ordem de Serviço nº 207, de 08.04.99, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização do INSS, DOU de 15.04.99.
- d) Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", Lei 8.036, de 11/05/90.

9.6 – A **qualificação técnica** será verificada mediante a apresentação de documentos que comprovem o seguinte:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, que comprove(m) fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos similares e compatíveis ao objeto deste certame, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e devidamente registrado(s) na entidade profissional competente.
- b) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, na data da licitação, pelo menos um profissional com ART de engenheiro, conforme resolução do CONFEA, para atividades pertinentes à instalação e manutenção de objeto semelhante ao desta contratação. Tal comprovação dar-se-á através de:
  - I) Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitido pelo CREA, comprovando execução de serviço de características similares às do objeto desta licitação.
  - II) Cópia da ficha de registro de empregado devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho – DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou cópia do Contrato Social, de sorte a identificar que é seu diretor ou sócio (para todos os profissionais exigidos).

9.7 – A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, com a comprovação dos seguintes índices:
  - *Índice de Liquidez Geral* (LG) maior que 1;
  - *Solvência Geral* (SG) maior que 1;
  - *Índice de Liquidez Corrente* (LC) maior que 1, calculados pelas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

**AC** = ATIVO CIRCULANTE

**PC** = PASSIVO CIRCULANTE

**AT** = ATIVO TOTAL

**ELP** = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

**RLP** = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

9.7.1 - As empresas em funcionamento há menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência relativa à qualificação econômico-financeiro, mediante a apresentação do *Balanco de Abertura*.

9.7.2 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma do art. 6º, da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 11 de agosto de 1997, acompanhada, obrigatoriamente, dos termos de abertura e de encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para apreciação pelo Pregoeiro e a Equipe de Apoio, fica dispensada a inclusão, na documentação, dos seus respectivos Termos de Abertura e de Encerramento.

9.7.3 -Comprovação de capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação - **exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.**

9.8 - Os documentos exigidos neste edital deverão estar válidos no momento em que forem solicitados pelo Pregoeiro (imediatamente após a sessão de lances ou posteriormente, no caso em que houver inabilitações/desclassificações).

9.9 - Os documentos emitidos por meio eletrônico – internet estão condicionados à verificação de sua autenticidade e validade na internet, prevista, ainda, a emissão dos documentos, via internet, pela equipe de apoio

9.10 - Os demais documentos exigidos neste edital deverão ser entregues no original ou em cópia autenticada.

9.11 - Será fixada em 90 (noventa) dias, a partir de sua expedição, a validade dos documentos públicos que não trouxerem esta informação evidenciada.

9.12 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e/ou seus anexos.

9.13 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.

9.14 – Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme estabelecido no § 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05.

## **10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

10.1 – O **licitante que ofertar o menor preço** deverá encaminhar, via fax nº (31) 3238-7807 ou 3238-7808, **no prazo máximo de 1 hora**, contado do término da sessão de lances, os documentos de habilitação constantes dos subitens 9.4 a 9.7, bem como as declarações conforme os Anexos I e II deste Edital. O licitante que possuir **cadastro regular junto ao SICAF poderá deixar de apresentar os documentos por ele abrangidos**, conforme previsto no subitem 9.2.

10.1.1 - O não atendimento à exigência acima importará na inabilitação imediata do licitante.

10.2 – No prazo máximo de 3 (três) dias úteis, o licitante que ofertar o menor preço, deverá entregar na rua Curitiba, 835, 7º andar, Belo Horizonte/MG, CEP: 30170-120, em envelope lacrado, constando identificação do licitante e nº do Pregão, os seguintes documentos:

- a) Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo I;
- b) Declaração do licitante de que está ciente da vedação contida no art. 3º, Resolução nº 7, 18/10/05, modificado pela Resolução nº 9, 06/12/05, do Conselho Nacional de Justiça, conforme Anexo II;
- c) Original ou cópia autenticado dos documentos referentes à qualificação técnica, que deverão ser apresentados conforme subitem 9.6.
- d) original ou cópia autenticada dos documentos referentes à **habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômica e financeira**, estes documentos poderão ser substituídos pelo **cadastro regular junto ao SICAF**;
- e) contrato social, **com objeto compatível ao desta licitação** e alterações contratuais pertinentes, em original ou cópia autenticada, documento exigido, somente, para aquelas cadastradas no SICAF;
- f) proposta comercial ajustada ao lance ofertado, contendo marca, modelo e demais características dos equipamentos ofertados, bem como detalhamento dos serviços a serem prestados e dados da empresa tais como: razão social, CNPJ, Inscrição estadual, endereço, telefone, fax, nome e número do banco e agência onde mantém conta, número da conta bancária da empresa e praça de pagamento; nome e nº do CPF do representante – para fins de assinatura do contrato.
  - Ao ajustar o valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais nos preços unitário de cada item.
  - O valor total do lote, em hipótese alguma, poderá ser superior ao valor do “menor lance” ofertado pela empresa.
- g) Cronograma físico-financeiro proposto pela empresa, com, no mínimo, 18 eventos para entrega, instalação, teste e ativação. Este cronograma deverá ser aprovado pelo Tribunal, podendo ser ajustado para compatibilização das instalações.

10.3 – O Pregoeiro ou a Diretoria da Secretaria de Engenharia poderá solicitar amostras, folds e catálogos dos equipamentos com descrição pormenorizada das características dos mesmos, para melhor avaliação técnica, devendo ser entregues neste Regional no prazo de três dias, contados da data da solicitação.

## **11 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

11.1 – Para julgamento da proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, apurado conforme planilha de formação de preços constante no anexo III.

11.2 - O Sistema Eletrônico não aceitará desistência dos lances ofertados.

11.3 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.4 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será conferida a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.5 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11.6 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.7 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências que julgue necessárias à análise das propostas e da documentação, cabendo aos licitantes atenderem às solicitações no prazo estipulado e fixado na convocação.

11.8 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

11.9 – Serão desclassificadas as propostas que não estiverem de acordo com as condições previstas neste Pregão, bem como as que se manifestarem inexeqüíveis, nos termos do art. 48, II, e § 1º da Lei 8.666/93.

## **12 - DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO**

12.1 – Fica o licitante vencedor convocado a retirar a Nota de Empenho respectiva, à rua Curitiba, 835, 7º andar, em até 03 (três) dias úteis a contar da notificação de sua liberação, que será comunicada, pela Equipe de Apoio, à empresa adjudicatária.

12.2– Fica o licitante vencedor convocado a assinar o termo contratual, à Av. Getúlio Vargas, 265, 8º andar, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data do recebimento da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com o disposto no art. 64, da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se, quando da emissão da Nota de Empenho, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, a empresa deverá providenciar a regularização dos referidos documentos.

## **13 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

13.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

13.1.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.

13.1.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no edital.

13.3 - Declarado o vencedor, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, no prazo estabelecido no subitem 13.5, sendo que o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões, pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três) dias.

13.4 – A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura de propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.

13.4.1 – A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e amostra, se for o caso, e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste Edital.

13.5 – Encerrada a etapa de lances, os licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar se foi declarado o vencedor e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 24 (vinte e quatro) horas para manifestar a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

13.6 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

13.7 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13-8 - Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

## **14 – DOS PRAZOS, LOCAIS DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E TREINAMENTO**

14.1 - Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, num prazo máximo, de 90 dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.

14.2 - Os serviços de instalação deverão ter início imediatamente após a entrega dos equipamentos nos locais de instalação



14.3 - Cada equipamento deverá ser entregue na localidade onde será instalado, a saber:

- a) Almoxarifado: Rua Otaviano Fabri, 220, bairro Ermelinda - Belo Horizonte/MG.
- b) Arquivo-Geral: Av. Pedro II, 4550, Bairro Jardim Montanhês - Belo Horizonte/MG.
- c) Anexo II (Edifício Edisa Maria): Av. Getúlio Vargas, 447, bairro Funcionários - Belo Horizonte/MG.
- d) Foro da Justiça do Trabalho de Betim: Av. Governador Valadares, 376 - Betim/MG.
- e) Foro da Justiça do Trabalho de Contagem: Rua Joaquim Rocha, 13 - Contagem/MG.
- f) Foro da Justiça do Trabalho de Coronel Fabriciano: Av. Pedro Nolasco, 22 - Coronel Fabriciano/MG.
- g) Foro da Justiça do Trabalho de Governador Valadares: Rua Orbis Club, 20 - Governador Valadares/MG.
- h) Foro da Justiça do Trabalho de Montes Claros: Rua João Souto, 670 - Montes Claros/MG.
- i) Foro da Justiça do Trabalho de Uberaba: Av. Carmelita Castro Cunha, 60 - Uberaba/MG.

14.4 - A alteração do local de instalação dos equipamentos somente poderá ser feita pela CONTRATADA, mediante prévia solicitação escrita deste Tribunal.

14.5 - Quando do final da instalação de cada equipamento, deverá ser realizado um treinamento "in loco" para alguns usuários (mínimo de três), no local de cada conjunto do sistema instalado e em funcionamento, voltado para a utilização de facilidades e características do sistema.

14.6 - É de inteira responsabilidade dos licitantes a observação às especificações dos bens e serviços constantes do edital, de forma a serem atendidas integralmente.

## **15. DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 - À Diretoria da Secretaria do Engenharia caberá a fiscalização do contrato.

15.2 - Ficará a critério da Fiscalização impugnar qualquer trabalho executado que não satisfaça às exigências editalícias e às condições contratuais.

15.3 - A FISCALIZAÇÃO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer serviço ou responsabilidade da CONTRATADA para terceiros.

15.4 - A fiscalização da manutenção preventiva e corretiva integral será exercida por agentes indicados pela Administração do Tribunal, para cada localidade.

## **16 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

16.1 - Todos os equipamentos especificados deverão ter garantia contra defeitos de fabricação e ou instalação, contra ocorrência de desgastes anormais, ou quanto ao não-atendimento desta especificação.

16.2 - Entende-se por garantia a substituição e ou reparação (incluindo mão-de-obra) sem ônus para este Tribunal, das peças ou componentes que venham a apresentar defeitos exclusivamente por falta de projeto, fabricação ou instalação.

16.3 - A central telefônica e os aparelhos telefônicos deverão ser garantidos por um período mínimo de 12 meses, contados a partir das emissões das notas fiscais.

16.4 - Aos equipamentos será assegurada uma garantia contra defeitos de fabricação e ou que impeçam o seu funcionamento, de acordo com suas características e especificações ou ocorrência de desgaste atípico que se apresentarem, no prazo de 12 meses, contados da data da emissão da Nota Fiscal de Fornecimento.

16.5 - Os atendimentos em garantia serão feitos nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante horário comercial, assim entendido o período compreendido entre 8 e 18 horas.

16.6 - A garantia não abrangerá danos causados pelo comprador, por acidentes decorrentes de operação indevida ou negligente, manutenção ou armazenagem inadequadas, operação anormal ou em desacordo com as especificações, obras civis mal acabadas, má qualidade das bases em que se assentem, influências de natureza química, eletroquímica, elétrica, climática ou atmosférica, tais como: enchentes, inundações, descargas elétricas e raios, incêndio, terremoto, sabotagem, vandalismo ou interferências indevidas causadas pela rede pública ou interna de telefonia ou por

fornecimento de energia elétrica e outros casos fortuitos ou de força maior, previstos na legislação. Neste caso, todo e qualquer material e mão-de-obra utilizados na reparação dos danos serão cobrados de acordo com a lista de preços vigente na data da prestação dos serviços de reparo.

16.7 - Não serão cobertos pela garantia, os materiais consumíveis, tais como: lâmpadas, fusíveis, fitas de impressoras, pilhas, bem como as atividades típicas de manutenção preventiva e operacional do equipamento, como: limpeza, abastecimento de baterias, regulagem, ajustes e reprogramações, não decorrentes dos defeitos cobertos.

## **17 – DO PAGAMENTO**

17.1 - Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

17.1.1 – Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

17.2 - O pagamento dos equipamentos e das instalações será feito em até 18 parcelas, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado e recebimento por parte da fiscalização. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, depois de atestada a execução dos serviços e/ou entrega dos equipamentos pela Diretoria da Secretaria de Engenharia.

- O pagamento da mão-de-obra, incluído o deslocamento para instalação, será feito após a ativação do sistema, testes e do seu perfeito funcionamento.

17.3 - O pagamento referente ao serviço de manutenção dar-se-á contra apresentação da competente fatura, mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis, após aceitação dos serviços pela Diretoria da Secretaria de Engenharia.

17.4 - Deverão ser encaminhados junto com as respectivas notas fiscais de cada sistema em operação, a bilhetagem, tarifação e relatórios mensais (conta telefônica discriminada por ramal), eliminação de erros e cadastramento de ramais, inclusão de novos e exclusão, mensal, além de eliminação de erros, e cadastramentos de dados necessários à eliminação de erros nos relatórios mensais. Os relatórios deverão corresponder ao mês civil.

17.5 - A aceitação dos serviços somente será efetivada após parecer da Diretoria da Secretaria de Engenharia deste Regional, sendo facultado à Administração, o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da aceitação, ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou a execução em desacordo com as especificações. Neste caso, os pagamentos retidos não sofrerão quaisquer reajustes.

17.6 - Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

17.7 - Em caso de atraso nos pagamentos, conforme previstos nos subitens 17.2 e 17.3 deste Pregão, a contratante, quando do respectivo pagamento, corrigirá, monetariamente, o valor devido, pelo IPCA do IBGE.

17.8 - Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos.

## **18 – DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO INTEGRAL:**

18.1 - A empresa deverá apresentar proposta para manutenção preventiva e corretiva de cada conjunto e equipamentos.

18.2 - A manutenção corretiva consiste na reparação de defeitos que ocorram no equipamento, mediante solicitação do CONTRATANTE;

18.3 - A manutenção será realizada nos dias úteis, no horário compreendido entre 8 e 18 horas.

18.4 - O atendimento fora do horário comercial, somente será efetuado nos casos em que o equipamento ficar totalmente fora de operação, apresentar alarme principal e em condições que possam comprometer a integridade do mesmo e pessoas envolvidas;

18.5 - As intervenções de reparos pontuais, para pane geral e falta de funcionamento, deverão ser feitas no prazo máximo de 12 horas corridas para solicitações feitas pela manhã (até as 12 horas) e no prazo de 24 horas corridas para solicitações feitas à tarde (após às 12 horas).

18.6 - Para outras intervenções e reparos nos sistemas, com troca / substituição de peças e todo e qualquer elemento pertencente ao sistema, o prazo será de 24 horas corridas a contar da solicitação.

18.7 - A manutenção corretiva do equipamento, caso seja necessária, será feita com a substituição completa dos módulos defeituosos.

18.8 - A responsabilidade de detecção e reparação de defeitos restringe-se, exclusivamente, ao equipamento. Não é responsabilidade da CONTRATADA a reparação de defeitos comprovadamente localizados além da terminação do equipamento no distribuidor geral.

18.9 - Os serviços de assistência técnica compreendem, além da manutenção dos equipamentos contratados (desde que utilizados normalmente): - o reparo de placas defeituosas;

18.10 - A manutenção não cobrirá os serviços cuja necessidade não decorra do uso normal do equipamento, mas de outros fatores como: operação inadequada, interferência de pessoas não autorizadas, forças da natureza ou submissão do equipamento a condições fora dos limites especificados. Também não estão cobertos serviços que modifiquem a configuração do equipamento (por exemplo: ampliações e mudanças de local), testes de qualquer natureza em linhas externas, bem como defeitos provenientes da rede pública.

18.11 - Para a execução de serviços extraordinários, "up grade", não cobertos pelo presente contrato, deverá a CONTRATADA apresentar, previamente, orçamento das peças, mão-de-obra, partes e componentes inerentes aos sistemas, forma para apreciação pelo CONTRATANTE, e em caso de aprovação, emissão de empenho para posterior apresentação de nota fiscal / fatura, com pagamento contra prestação dos mesmos.

**18.12 - Devido à necessidade de assistência imediata, a empresa deverá possuir corpo técnico especializado para o atendimento, em Minas Gerais, local de instalação dos equipamentos, bem como para manutenção. Tal condição deverá ser comprovada mediante solicitação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.**

## **19 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além da obrigação de zelar pela qualidade dos serviços prestados:

19.1 - Proceder atualizações técnicas corretivas recomendadas pelos laboratórios da CONTRATADA de modo a manter o equipamento dentro de suas reais condições de utilização inclusive alterando programações de facilidades e classificação de ramais.

19.2 - Proceder à manutenção de equipamentos e sistemas periféricos de tarifação e modems, com periodicidade máxima trimestral quanto à verificação das condições de arquivo.

19.3 - A CONTRATADA será obrigatoriamente encarregada da manutenção de quaisquer equipamentos ou acessórios adicionais de sua fabricação que forem incluídos no equipamento, e parte integrante do sistema de telefonia em operação em cada local, inclusive periféricos, programas e atualizações imprescindíveis ao funcionamento.

19.4 - Utilizar mão-de-obra qualificada respeitando-se a legislação em vigor e atendendo a todas as normas reguladoras da segurança do trabalho.

## **20 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1 - Assegurar, em suas dependências, o livre acesso ao equipamento e respectiva documentação, às pessoas credenciadas pela CONTRATADA.

20.2 - Designar pessoa responsável para acompanhar os serviços prestados. No ato de conclusão de cada serviço, esse responsável deverá assinar o relatório de atendimento.

20.3 - Comunicar, imediatamente, à CONTRATADA ou ao seu representante autorizado, qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar no equipamento.

## **21 - DAS SANÇÕES**

21.1 – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e demais cominações legais.

21.2 - A multa por descumprimento do instrumento convocatório poderá ser aplicada quando o adjudicatário recusar-se injustamente a aceitar, retirar ou assinar instrumento contratual ou nota de empenho, bem como a honrar a proposta apresentada, respeitados os prazos definidos no instrumento convocatório.

21.3 - A multa moratória será cobrada do adjudicatário pelo atraso injustificado no cumprimento da obrigação a que se vinculou, ou dos prazos constantes de sua proposta.

21.3.1 - A multa moratória acima mencionada será de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da entrega ou serviço em atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

21.3.2 - O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas em lei.

21.4 - A multa por inexecução, total ou parcial, da obrigação assumida, por culpa do adjudicatário, será aplicada no percentual de até 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total adjudicado, conforme a gravidade da infração.

21.5 - Caso a adjudicatária se recuse a fornecer os bens/serviços ou venha a fazê-los fora das especificações, poderão ser aplicadas, além das multas anteriormente previstas, as seguintes penalidades: a) advertência; b) suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar no âmbito desta Administração; e c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.6 - As penalidades pecuniárias a que se referem os itens anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo contratante, conforme permissividade contida na Lei 8.666/93.

21.7 - Na forma da lei, a aplicação das penalidades acima será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa.

## **22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 - Esta licitação poderá ser revogada sem que caiba indenização aos licitantes, em consequência da revogação, consoante previsão contida no art. 49 da Lei 8.666/93.

22.2 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.3 - Não se forma, em razão do presente contrato, vínculo empregatício de qualquer natureza entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA, responsáveis pela execução dos serviços de que trata o presente contrato, obrigando-se a CONTRATADA por todos os encargos trabalhistas e previdenciários correspondentes.

22.4 - Este Edital será afixado no quadro de aviso da Diretoria da Secretaria de Material e Patrimônio na Rua Curitiba 835, 7º andar, em Belo Horizonte e disponibilizado, para cópia, no mesmo endereço e nos sites: [www.mg.trt.gov.br](http://www.mg.trt.gov.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

22.5 - Para fins judiciais, fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte.

22.6 - Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes dos Decretos nº 5.450/05 e Lei 8.666/93.

22.7- Fazem parte integrante deste edital a minuta contratual e os anexos I a III.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2006.

**WALTER DE DEUS LOPES**  
Pregoeiro

**ANALISADO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2006**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2006**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, estar ciente dos termos do art. 3º da Resolução nº 7, de 18/010/05, modificado pela Resolução nº 09, de 06/12/05, do Conselho Nacional de Justiça, e de que não poderá contratar, manter, aditar ou prorrogar contrato com o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, caso conste, em seu quadro de funcionários, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

\_\_\_\_\_  
(data)

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

**ANEXO III**  
**ESPECIFICAÇÕES**

01. O Objeto desta especificação é o fornecimento e a instalação dos seguintes equipamentos discriminados a seguir: todas as funções especiais dos sistemas PABX e KS CPA, integradas em hardware e software possibilitando a distribuição racional de facilidades para cada necessidade de comunicação em uma central, desenvolvida utilizando-se de tecnologia de última geração.

02. O equipamento deverá permitir e ser conectado à rede pública, através de troncos digitais E1 Cas, que permitem identificação de chamadas, acesso direto ao ramal e outros serviços disponibilizados pela operadora. Em troncos analógicos, para se ter identificação de chamadas não necessitará de placas adicionais, bastando solicitação à operadora, pelo serviço. O sistema deverá atender, o mínimo, de quatro ligações simultâneas com mensagem de saudação, indicando o número a ser discado. Deverá ser possível conectar diretamente à central uma linha de alta velocidade, usada simultaneamente para acesso à Internet e voz.

03. O sistema deverá permitir, com sua ativação pela fornecedora, obter a identificação de chamadas em troncos analógicos, sem a necessidade de placas adicionais. A identificação pode ser recebida em telefone do mesmo fabricante com display e em aplicativo integrante, que proporcionará aos usuários, conforto e simplicidade no acesso às funções de telefonia, com ganho em produtividade, eficiência, comunicação e garantindo um atendimento personalizado.

04. As chamadas poderão ser atendidas automaticamente - até quatro ligações simultâneas, permitindo atendimento padronizado com a saudação da empresa que poderá oferecer um menu de atendimento com as opções de discagem. Para conexão de uma linha ADSL, oferecerá acesso de alta velocidade e poderá ser usada simultaneamente para acesso à Internet e voz. Os micros poderão compartilhar o acesso sem a necessidade de equipamento externo, como Splitter, Modem ADSL ou Hub.

05. O PABX disponibilizará, no computador do usuário, as principais funções de telefonia, monitoração do estado de ramais, discagem a partir da agenda, lista de chamadas realizadas e recebidas e série de contatos, efetuando ligações automaticamente para uma lista pré-determinada.

06. Central Telefônica: CONFIGURAÇÃO MÍNIMA:

01 Link digital E1 R2 / CAS (15 canais)  
02 Troncos bidirecionais analógicos;  
40 ramais analógicos - MF;  
01 Interface C/D (8 Ramais Digitais);  
01 Kit montagem;  
20 Aparelhos telefônicos analógicos;  
10 Aparelhos telefônicos analógicos com display e alimentação 110 Volts;  
01 Interface de tronco / celular tecnologia GSM;  
01 interface para música externa.

07. Central privada de comutação telefônica PABX-CPA-DIGITAL, que permita ampliação modular para até 50 portas e na seguinte configuração: Mínimo de 40 ramais analógicos: Mínimo de 08 ramais digitais; conexão externa mínima para 15 troncos digitais, bi-direcional – entrada / saída. 01(um) terminal para operadora.

08. A central PABX deverá ser capacitada para comutar voz, dados, textos e imagem através de uma única rede. Deverá permitir a expansão de portas, numa



combinação de troncos e ramais analógicos e digitais. Deverá conter buffer interno para o registro detalhado das ligações internas e externas.

09. Deverá fornecer, no mínimo, as seguintes facilidades: Identificação de chamadas. Agenda central e individual. Tronco digital E1 CAS. Tronco RDSI - Acesso básico. Consulta / Transferência / Pêndulo / Conferência / Captura de chamadas. Babyphone / paging externo. Bilhetagem para tipos de chamadas. Bloqueio de chamada DDD, DDI e DDC. Cadeado eletrônico. Desvio interno / externo. Categoria de acesso para serviço noturno. Chamada em espera. Chamada urgente. Estacionamento de chamadas. Não perturbe. Porteiro eletrônico e abertura de porta. Despertador. Hotline. Programação remota. Inversão de polaridade. Logon / Logout em grupos de atendimento. Flash no tronco. Software de Call Center. Classe de serviço. Lista de números permitidos ou proibidos. Mudança temporária de classe de serviço mediante senha. Lista de chamada. Reserva de linha. Rediscagem. Intercalação. Mensagem de espera. Chefe-secretária. Nome do ramal no display. Ocupação de linha específica. Softphone - acesso de telefonia no computador. Pós-Discagem DTMF. Posição de atendimento central. Atualização via software. Protocolo TAPI utilizando a porta serial V. 24 / RS 232. Rechamada em caso de não atendimento e ocupado. Teclas programáveis em aparelhos "proprietários". Tarifação via rede IP.

10. Sistema de Tarifação: O equipamento PABX deverá ser acompanhado de sistema de tarifação automática, incluindo software e hardware. O software de tarifação deverá permitir a geração de relatórios por centro de custo e por ramal, além de relatórios tipo conta telefônica. O sistema de tarifação deverá dispor de facilidades de armazenamento interno (buffer) sem a necessidade de equipamentos intermediários que possam acarretar quebras nos padrões de segurança da própria central.

11. Sistema de gerenciamento e tarifação para o mínimo de 48 ramais, Interface Serial V-24 permitindo interligar o Pabx ao computador. A função do tarifador é dar condição ao administrador, monitorar os custos em todos os níveis, analisar o desempenho do sistema e possibilitar a implementação de medidas corretivas através de relatórios, incluindo instalação e treinamento.

12. Microcomputadores, impressoras e outros periféricos, quando necessários, serão fornecidos pelo Tribunal.

13 - O Tribunal fornecerá computador com ESTRUTURA COMPATÍVEL COM SISTEMA DE TARIFAÇÃO: Microcomputador para tarifação, na seguinte configuração mínima: Windows 98, 2000, NT, XP ou superior, mínimo Pentium III com 64 MB RAM para até 400 ramais e interface serial RS 232, cabo para conexão entre Central e o PC no máximo 15 metros do PABX.

14. Terminais Telefônicos: Deverão ser fornecidos e instalados 30 (trinta) aparelhos telefônicos eletrônicos de voz, para cada central, em locais indicados pelo Tribunal.

14.1 - Vinte aparelhos deverão ter, no mínimo, as seguintes características técnicas: aparelho telefônico analógico MF/DC, discagem tom e pulso, comutação temporária, rediscagem do último número, três níveis de ajuste de volume, 3 melodias de ajuste de tonalidade, quatro memórias de toque único e dez de dois toques, tecla mute, pausa, tecla flash programável (100 a 250 ms), montagem mesa e parede, pino padrão RJ.

14.2 - Dez aparelhos com identificador de chamadas deverão ter, no mínimo, as seguintes características técnicas: aparelho telefônico analógico MF/DC, discagem tom / pulso, rediscagem do último número, identificador de chamadas da linha A com display iluminado, lista de chamadas com até 99 últimas chamadas recebidas e efetuadas, três níveis de ajuste de volume, 3 melodias de ajuste de tonalidade, memórias de até 100 registros, indicação de duração de chamadas, tecla mute, pausa, tecla flash programável (90, 120, 270, 375 e 600 ms), bloqueio de chamadas (DDD, DDI, celular e total), tecla mute com música de espera, Hot Line (chamada de emergência) bloqueio eletrônico, e fonte de alimentação na rede elétrica.

15. Os aparelhos deverão ser fornecidos completos, com os respectivos cabos e conectores prontamente instalados. Interface tronco / celular com tecnologia GSM sem necessidade de aparelhos celulares, somente o chip para o funcionamento das interfaces.

16. Instalação dos Equipamentos: Deverão ser fornecidos todos os materiais necessários à instalação do equipamento (cabos, fios, conectores, etc.) até o sistema de distribuição geral (DG). A mão-de-obra para a implantação do equipamento de telefonia, será por conta exclusiva da empresa contratada. A mão-de-obra incluirá a ligação da central PABX até o DG e a ligação do DG ao quadro de distribuição telefônica.

17. Observações: Os riscos da mercadoria correrão, exclusivamente, por conta da empresa até a sua entrega nas dependências do Tribunal, ficando responsável (a empresa) por quaisquer danos ao equipamento decorrentes do transporte e manuseio.

18. A mão-de-obra de instalação inclui: a instalação do equipamento central (com seus periféricos) até o DG (inclusive) lado do equipamento, no break e a conexão dos aparelhos telefônicos nas respectivas tomadas padrão. A rede telefônica de ramais e a conexão do DG (lado da rede) não constituem parte integrante da proposta.

19. Os preços dos equipamentos entendem-se para materiais postos no local de instalação, com todos os impostos incluídos e são básicos para a data de apresentação desta proposta. Não estarão incluídos na proposta, microcomputadores, impressoras e outros periféricos, devendo estes, quando necessários, serem prestados ou fornecidos pelo Tribunal.

20. Atendendo a normas técnicas, deverá ser disponibilizado pelo Tribunal, o aterramento necessário à proteção do equipamento. O sistema de alimentação dos equipamentos será em 110/220 volts e No - Break de 2 KVA fornecido pelo Tribunal.

TERMO DE REFERÊNCIA				
ITEM	Quantidade	FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO COMPLETA DE PABX DIGITAL MÍNIMO DE 15 TRONCOS E 40 RAMAIS DDR COM TARIFAÇÃO MENSAL	Valor estimado unitário (R\$)	Valor estimado total em (R\$)
1	9	Central privada de comutação telefônica PABX-CPA-DIGITAL, que permita ampliação modular para até 50 portas e na seguinte configuração: Mínimo de 40 ramais analógicos e de 08 ramais digitais; Conexão externa mínima para 15 troncos digitais, bi-direcional – entrada / saída.O equipamento deverá permitir e ser conectado a rede pública através de troncos digitais E1 CAS, que permita identificação de chamadas, acesso direto ao ramal e outros serviços disponibilizados pela operadora. Em troncos analógicos para se ter identificação de chamadas não necessitará de placas adicionais, bastando solicitação à operadora pelo serviço. O sistema deverá poder atender o mínimo de quatro ligações simultâneas com mensagem de saudação, podendo indicar o número a ser discado. Deverá ser possível conectar diretamente à central uma linha de alta velocidade usada simultaneamente para acesso a Internet e voz. Configuração Mínima: 01 Link digital E1 R2 / CAS (15 canais); 02 troncos bidirecionais analógicos; 40 ramais analógicos - MF; 01Interface C/D (08 ramais digitais); 01 Kit montagem; 01 interface de tronco / celular tecnologia GSM e 01 interface para música externa.	11.800,00	106.200,00
2	180	Aparelhos deverão ter, no mínimo, as seguintes características técnicas: Aparelho telefônico analógico MF/DC, discagem tom e pulso, comutação temporária, rediscagem do último número, três níveis de ajuste de volume, 3 melodias de ajuste de tonalidade, quatro memórias de toque único e dez de dois toques, tecla mute, pausa, tecla flash programável (100 a 250 ms), montagem mesa e parede, pino padrão RJ.	45,00	8.100,00
3	90	Aparelhos com identificador de chamadas deverão ter, no mínimo, as seguintes características técnicas: Aparelho telefônico analógico MF/DC, discagem tom / pulso, rediscagem do último número, identificador de chamadas da linha A com display iluminado, lista de chamadas até 99 últimas chamadas recebidas e efetuadas, três níveis de ajuste de volume, 3 melodias de ajuste de tonalidade, memórias de até 100 registros, indicação de duração de chamadas, tecla mute, pausa, tecla flash programável (90, 120, 270, 375 e 600 ms), bloqueio de chamadas (DDD, DDI, celular e total), tecla mute com música de espera, Hot Line (chamada de emergência), bloqueio eletrônico e fonte de alimentação na rede elétrica.	120,00	10.800,00
		VALOR GLOBAL ESTIMATIVO DOS EQUIPAMENTOS	125.100,00	

4	9	Será de total responsabilidade da CONTRATADA a instalação até o pleno funcionamento de cada central, após disponibilização pelos troncos e ramais, de responsabilidade de terceiros. A mão de obra para a implantação do sistema de telefonia, por conta da empresa contratada. A mão de obra incluirá a ligação da central PABX até o DG e a ligação do DG ao quadro de distribuição. Deverão se fornecidos os acessórios necessários à instalação dos equipamentos (cabos, fios, conectores, etc.) até o sistema de distribuição geral.	1.200,00	10.80 0,00
5	3.00 0	Pagamento pelo deslocamento para instalação fora da região metropolitana de Belo Horizonte, Betim e Contagem, com pagamento do percurso em Km, após ativação e respectiva instalação com o sistema em operação e funcionamento, tendo como referência a Capital Mineira (Cel. Fabriciano, Gov. Valadares, Montes Claros, Uberaba) em Km.	1,50	4.50 0,00
6	12	VALOR ESTIMATIVO DE 12 MESES DE MANUTENÇÃO INTEGRAL (9 x R\$250,00). O pagamento de manutenção deverá ser individualizado por cada central instalada em funcionamento.	2.250,00	27.000 ,00
		VALOR GLOBAL ESTIMATIVO PARA SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	42.300,00	
		MENOR PREÇO COMO PARÂMETRO PARA A LICITAÇÃO	167.400,00	
7	Para qualificação técnica, a empresa deverá apresentar <b>contrato social</b> com objeto compatível ao desta licitação, atestado(s) de fornecimento, instalação e manutenção. A empresa deverá apresentar cronograma físico financeiro com o mínimo 18 eventos para entrega, instalação, teste e ativação, com pagamentos contra entrega dos eventos, a ser aprovado pelo Tribunal, passível de ajustes para compatibilização das instalações.			
8	<b>Prazo</b> para fornecimento, instalação e testes será de 90 (noventa) dias, com testes, ajustes e regulagem. <b>Pagamento:</b> Contra entrega de fornecimento e instalação em até 18 parcelas, pagamento pelos deslocamentos ocorridos para instalação e pagamentos mensais de manutenção por cada central instalada em funcionamento. A contratação será completa e integral até a colocação do sistema em funcionamento, exceto obras civis, acabamentos e ponto de energia elétrica. <b>Garantia</b> mínima de doze meses quanto à perfeita condição de qualidade e funcionalidade. Critério desta licitação: <b>Menor preço global.</b>			
9	<b>Facilidades mínimas</b> integrantes dos sistemas: Identificação de chamadas. Agenda central e individual. Tronco digital E1 CAS. Tronco RDSI - Acesso básico. Consulta / Transferência / Pêndulo / Conferência / Captura de chamadas. Babyphone / paging externo. Bilhetagem para tipos de chamadas. Bloqueio de chamada DDD, DDI e DDC. Cadeado Eletrônico. Desvio interno / externo. Categoria de acesso para serviço noturno. Chamada em espera. Chamada urgente. Estacionamento de chamadas. Não perturbe. Porteiro eletrônico e abertura de porta. Despertador. Hotline. Programação remota. Inversão de polaridade. Logon / Logout em grupos de atendimento. Flash no tronco. Software de Call Center. Classe de serviço. Lista de números permitidos ou proibidos. Mudança temporária de classe de serviço mediante senha. Lista de chamada. Reserva de linha. Rediscagem. Intercalação. Mensagem de espera. Chefe-secretária. Nome do ramal no display. Ocupação de linha específica. Softphone - acesso de telefonia no computador. Pós-Discagem DTMF. Posição de atendimento central. Atualização via software. Protocolo TAPI utilizando a porta serial V. 24 / RS 232. Rechamada em caso de não atendimento e ocupado. Teclas programáveis em aparelhos proprietários. Tarificação via rede IP.			
10	A empresa deverá possuir em Minas, equipe técnica profissional com ART de engenheiro conforme resolução do CONFEA, para atividades pertinentes a instalação e manutenção de objeto semelhante ao desta contratação, sob pena de desclassificação. A DSE será a fiscalizadora e gerenciadora deste contrato. As <b>sanções</b> previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450 de 31/mai/05 serão aplicadas, e subsidiariamente no art. 87 da Lei 8.666 de 21/jun/93, estipuladas na minuta contratual. A empresa deverá orçar manutenção integral com pagamento mensal, após recebimento definitivo de cada central em perfeito funcionamento, com valores unitários para cada uma, podendo o contrato de manutenção ser prorrogado em até 60 meses, mediante atualização do valor que reflita variação de preços.			
11	O presente termo de referência foi elaborado pela DSE, diante de orçamento detalhado, definição de métodos, estratégia de suprimentos, com valor estimado em planilha de acordo com o preço de mercado e critérios de aceitação de forma clara e objetiva. A empresa deverá apresentar <b>catálogo / folder</b> do equipamento com descrição e características de todos os principais elementos, no prazo de três dias.			

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	Quantid ade	FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO COMPLETA DE PABX DIGITAL MÍNIMO DE 15 TRONCOS E 40 RAMAIS DDR COM TARIFAÇÃO MENSAL	Valor unitário (R\$)	Valor total em (R\$)
	Unidade			
1	9	Central privada de comutação telefônica PABX-CPA-DIGITAL, conforme item 01 do termo de referência.		
2	180	Aparelho telefônico, conforme item 02 do termo de referência		
3	90	Aparelhos com identificador de chamadas, conforme item 03 do termo de referência		
4	9	Instalação dos equipamentos ( até o pleno funcionamento de cada central)		
5	3.000	Deslocamento para instalação e ativação do sistema, para as localidades de Cel.Fabriciano, Governador Valadares, Montes Claros e Uberaba. (em Km). O deslocamento será contado a partir da localidade de Belo Horizonte e será devido o pagamento de um deslocamento para cada localidade.	1,50	4.500,00
6		Manutenção integral, para cada central	Vr. mensal	Vr. Anual (12 meses)
		Central 1 – BH – Almoxarifado		
		Central 2 – BH – Arquivo-Geral		
		Central 3 – BH – Anexo II		
		Central 4 – Betim		
		Central 5 – Contagem		
		Central 6 – Coronel Fabriciano		
		Central 7 – Governador Valadares		

	Central 8 – Montes Claros		
	Central 9 – Uberaba		
VALOR GLOBAL			

Observações:  
1) O valor do lance deverá ser dado pelo valor global apurado conforme tabela acima.  
2) Para deslocamentos, item 5, deverá ser mantido o valor fixado acima.

**MINUTA CONTRATUAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 33/2006**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO E A EMPRESA..... PARA AQUISIÇÃO DE NOVE CENTRAIS PABX DDR PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DESTES REGIONAL**

**O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO**, CNPJ 01.298.583/0001-41, com sede na Av. Getúlio Vargas, 225, em Belo Horizonte - MG, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Luís Paulo Garcia Faleiro, CPF 617.447.866-15, conforme competência que lhe foi delegada pela Portaria 02 de 02 de janeiro de 2006, publicada no Jornal Minas Gerais, Diário do Judiciário, de 05 de janeiro de 2006, doravante denominado CONTRATANTE, e como CONTRATADA a empresa....., CNPJ....., estabelecida na Rua ....., neste ato representada por ....., CPF ....., resolvem firmar o presente contrato, conforme o Pregão Eletrônico 33/2006, Processo PIC-C ....., regido pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 3.555/00 e 5450/05, e pela Lei 8.666/93, legislação complementar e cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO:**

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento, instalação e manutenção completa de 09 (nove) centrais PABX Digital, com no mínimo 15 troncos e 40 ramais DDR, com tarifação mensal, para atendimento das necessidades do CONTRATANTE, na conformidade da especificação constante do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico 33/2006, que integra este Termo Contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a serem instalados nos seguintes locais:

ÓRGÃO ATENDIDO	ENDEREÇO
Almoxarifado	Rua Otaviano FAbri, 220, Ermelinda em Belo Horizonte - MG
Arquivo Geral	Av. Pedro II, 4550, Jardim Montanhês em Belo Horizonte – MG
Anexo II - Edifício Edisa Maria	Av. Getúlio Vargas, 447, Funcionários em Belo Horizonte – MG
Foro de Betim	Av. Governador Valadares, 376, em Betim – MG
Foro de Contagem	Rua Joaquim Rocha, 13, em Contagem – MG
Foro de Coronel Fabriciano	Av. Pedro Nolasco, 22, em Coronel Fabriciano – MG
Foro de Governador Valadares	Rua Orbis Club, 20,

	em Governador Valadares - MG
Foro de Montes Claros	Rua João Souto, 670, em Montes Claros - MG
Foro de Uberaba	Av. Carmelita Castro Cunha, 60, em Uberaba - MG

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DOS PREÇOS:**

Pelo fornecimento e instalação dos bens indicados na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores unitários constantes da proposta e planilha de formação de preços apresentadas para o Pregão Eletrônico 33/2006, que passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, perfazendo o valor global de R\$....., estando nele incluídos todos os tributos, tais como IPI, ICMS, ISS, frete, seguro, bem como quaisquer outras despesas que venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, a saber:

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Fornecimento de central privada de comutação telefônica PABX-CPA-digital	9		
Aparelho telefônico analógico MF/DC	180		
Aparelho telefônico analógico MF/DC com identificador de chamadas	90		
Serviços de Instalação dos equipamentos	9		
<b>TOTAL</b>			

**Parágrafo Primeiro:** Pela manutenção integral das centrais telefônicas fornecidas, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$..... por central, a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, conforme proposta e planilha de formação de preços apresentadas para o Pregão Eletrônico 33/2006, que passam a fazer parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, perfazendo o valor global de R\$....., estando nele incluídos todos os tributos e demais despesas pertinentes.

**Parágrafo Segundo:** Quanto aos serviços de instalação e ativação dos sistemas nas cidades de Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Montes Claros e Uberaba, a CONTRATADA fará jus ao pagamento do deslocamento da Capital até a localidade onde os serviços serão prestados (ida e volta), ficando fixado o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por quilômetro percorrido sendo devido somente um deslocamento para cada localidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:**

A CONTRATADA se obriga a entregar e instalar os equipamentos nos endereços indicados na Cláusula Primeira no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato, iniciando-se os serviços de instalação logo após a entrega dos equipamentos nas localidades identificadas.

**Parágrafo Único:** A CONTRATADA somente alterará o local de instalação dos equipamentos mediante prévia solicitação escrita do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUARTA  
DO TREINAMENTO:**

Concluída a instalação e ativação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá realizar treinamento “in loco” para o mínimo de três usuários por conjunto instalado, visando à demonstração da utilização de facilidades e características do sistema, em data a ser combinada com cada setor.

#### **CLÁUSULA QUINTA DO RECEBIMENTO:**

O recebimento definitivo de cada central telefônica se dará após a verificação, pela Diretoria da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, da entrega, instalação e ativação dos bens fornecidos, sua concordância com as especificações do Edital de Licitação e seu correto funcionamento, em até 10 (dez) dias úteis após comunicação formal da CONTRATADA de que os serviços encontram-se concluídos.

**Parágrafo Único:** No caso da entrega dos bens com especificações diferentes ao ofertado, ou, ainda, com imperfeições, quantidades inferiores ao adjudicado etc., considerar-se-á como data efetiva da entrega a da composição total dos bens tais como ofertados.

#### **CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO:**

A CONTRATADA apresentará Nota Fiscal ou Fatura em Reais, referente à entrega dos equipamentos referentes a cada central, que, atestada pelo setor competente do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias úteis, mediante emissão de Ordem Bancária em favor da Conta Corrente XXXXXXXX, Agência XXXXXXXX, do Banco XXXXXXXX, em XXXXXXXXXXXX, em nome da CONTRATADA.

**Parágrafo Primeiro:** Após o recebimento definitivo de cada central, a CONTRATADA apresentará Nota Fiscal ou Fatura em Reais, referente à instalação e ativação dos equipamentos, incluindo mão-de-obra e, se for o caso, o deslocamento referido no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, que, atestada pelo setor competente do CONTRATANTE, será paga em até 10 (dez) dias úteis, mediante emissão de Ordem Bancária em favor da Conta Corrente indicada nesta Cláusula, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

**Parágrafo Segundo:** Os serviços referentes à manutenção integral dos equipamentos serão pagos mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura em Reais, acompanhada da bilhetagem, tarifação e relatórios mensais com ocorrências observadas, para cada central em operação, devendo corresponder ao mês civil, em até 10 (dez) dias úteis da sua aceitação pelo agente fiscalizador indicado na Cláusula Décima Terceira.

**Parágrafo Terceiro:** Cada pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Quarto:** Se na data do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular junto ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade, sem que seja devida a atualização monetária do valor.

**Parágrafo Quinto:** Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE corrigirá, monetariamente, o valor devido aplicando-se o

índice IPCA/IBGE “pro rata die”, a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil, após o recebimento definitivo dos bens pelo setor competente do CONTRATANTE.

**Parágrafo Sexto:** Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:**

A CONTRATADA se obriga a prestar garantia aos equipamentos fornecidos prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da emissão da respectiva Nota Fiscal contra defeitos de fabricação ou ocorrência de desgaste atípico.

**Parágrafo Primeiro:** A garantia compreenderá a substituição ou reparação (incluindo mão-de-obra), sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**, das peças ou componentes que venham a apresentar defeitos exclusivamente por falha de projeto, fabricação ou instalação, excluídos os materiais consumíveis (lâmpadas, fusíveis, fitas de impressoras, pilhas) bem como as atividades típicas de manutenção preventiva e operacional do equipamento, como: limpeza, abastecimento de baterias, regulagem, ajustes e reprogramações, não decorrentes dos defeitos cobertos.

**Parágrafo Segundo:** Os serviços referentes à garantia dos equipamentos serão prestados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, durante horário comercial, entre 8 e 18 horas.

**Parágrafo Terceiro:** A garantia não abrangerá danos causados pelo comprador, por acidentes decorrentes de operação indevida ou negligente, manutenção ou armazenagem inadequadas, operação anormal ou em desacordo com as especificações, obras civis mal acabadas, má qualidade das bases em que se assentem, influências de natureza química, eletroquímica, elétrica, climática ou atmosférica, tais como: enchentes, inundações, descargas elétricas e raios, incêndio, terremoto, sabotagem, vandalismo ou interferências indevidas causadas pela rede pública ou interna de telefonia ou por fornecimento de energia elétrica e outros casos fortuitos ou de força maior, previstos na legislação.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA MANUTENÇÃO:**

A CONTRATADA prestará os serviços de manutenção integral das centrais telefônicas fornecidas, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, bem como reparos de placas defeituosas, com eventual substituição completa dos módulos defeituosos, pelo período de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo de cada central telefônica, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo.

**Parágrafo Primeiro:** A manutenção dos equipamentos deverá ser realizada em dias úteis, entre 8 e 18 horas, garantido o atendimento fora do horário comercial, nos casos em que o equipamento ficar totalmente fora de operação, apresentar alarme principal encontre-se em condições que possam comprometer a integridade do mesmo e pessoas envolvidas.

**Parágrafo Segundo:** As intervenções de reparos pontuais, para pane geral e falta de funcionamento, deverão ser feitas no prazo máximo de 12 (doze) horas corridas para solicitações feitas pela manhã (até as 12 horas) e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas corridas para solicitações feitas à tarde (após às 12 horas). Para as demais intervenções e reparos nos sistemas, como substituição de peças e todo e qualquer elemento pertencente ao sistema, o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas corridas a contar da solicitação do CONTRATANTE.



**Parágrafo Terceiro:** Não se encontram acobertados pela manutenção os serviços que modifiquem a configuração do equipamento, testes de qualquer natureza em linhas externas, defeitos provenientes da rede pública ou serviços que decorram de fatores tais como: operação inadequada, interferência de pessoas não autorizadas, forças da natureza ou submissão do equipamento a condições fora dos limites especificados.

**Parágrafo Quarto:** Para a execução de serviços extraordinários, “up grade”, não cobertos pelo presente contrato, deverá a CONTRATADA apresentar, previamente, orçamento das peças, mão-de-obra, partes e componentes inerentes aos sistemas, para prévia apreciação e autorização pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto:** A responsabilidade de detecção e reparação de defeitos restringe-se, exclusivamente, aos equipamentos fornecidos, ficando a CONTRATADA eximida da reparação de defeitos comprovadamente localizados além da terminação do equipamento no Distribuidor Geral.

#### **CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA:**

O presente contrato vigorará da data da assinatura até o término da garantia da última central posta em funcionamento, podendo ser prorrogado, no que se refere aos serviços de manutenção dos equipamentos, na conveniência do CONTRATANTE, por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo.

**Parágrafo Único:** Ocorrendo prorrogação do contrato, os valores referentes à manutenção poderão ser reajustados anualmente tomando-se por base índice geral ou setorial de preços, mediante acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

As despesas com o presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, por meio das verbas PTRES 000571-449052, 000571-339033 e 000571-339039 e Notas de Empenho.....emitidas em .....pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS OBRIGAÇÕES:**

A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade dos bens fornecidos e serviços executados, mantendo durante todo o período do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. Se, no decorrer da vigência do contrato, comprovar-se a má qualidade dos bens fornecidos ou dos serviços executados obriga-se a CONTRATADA a substituí-los ou refazê-los, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro:** A CONTRATADA se obriga ainda a:

- a) proceder atualizações técnicas corretivas recomendadas pelos laboratórios da CONTRATADA com a finalidade de manter o equipamento dentro de suas reais condições de utilização inclusive alterando programações de facilidades e classificação de ramais;
- b) proceder à manutenção de equipamentos e sistemas periféricos de tarifação e modems, com periodicidade máxima trimestral quanto à verificação das condições de arquivo;
- c) realizar a manutenção de quaisquer equipamentos ou acessórios adicionais de sua fabricação que forem incluídos no equipamento, e parte integrante do sistema de telefonia em operação em cada local, inclusive periféricos, programas e atualizações imprescindíveis ao funcionamento das centrais telefônicas;

d) utilizar mão-de-obra qualificada respeitando-se a legislação em vigor e atendendo a todas as normas reguladoras da segurança do trabalho.

**Parágrafo Segundo:** O CONTRATANTE se obriga a:

- a) assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA o livre acesso aos equipamentos e à respectiva documentação;
- b) designar pessoa responsável para acompanhar os serviços prestados, o qual deverá ao término do serviço assinar o relatório de atendimento;
- c) comunicar, imediatamente, à CONTRATADA ou ao seu representante autorizado, qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar nos equipamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
DAS PENALIDADES:**

Garantida ampla e prévia defesa, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93, à CONTRATADA poderão ser aplicadas cumulativamente as penalidades permitidas em lei e as constantes deste Instrumento, que são:

- a) multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da entrega ou serviço em atraso, cabível nos casos de atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos previstos neste contrato para compromissos assumidos.
- b) multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, correspondente à gravidade da infração.
- c) multa por inexecução contratual total até o máximo de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, cabível na rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

**Parágrafo Único:** O atraso injustificado na entrega dos bens por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DA FISCALIZAÇÃO:**

O fornecimento e instalação dos equipamentos serão fiscalizados nos termos do Art. 67, da Lei 8.666/93, pelo Diretor da Secretaria de Engenharia do CONTRATANTE, competindo aos agentes abaixo indicados o acompanhamento e a fiscalização dos serviços de manutenção:

LOCAL DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA	AGENTE FISCALIZADOR
Almoxarifado	Diretor da Secretaria de Material e Patrimônio
Arquivo Geral	Diretor do Arquivo Geral
Anexo II - Edifício Edisa Maria	Diretor da Secretaria de Coordenação Financeira
Foros de Betim, Contagem, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Montes Claros e Uberaba	Secretário do Foro

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA  
DA RESCISÃO:**

Na conveniência do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido antes de seu término, sem qualquer outra responsabilidade, devendo, para tanto, ser notificada a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvados os compromissos assumidos.

**Parágrafo Único:** A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, na forma do Art. 77, da Lei 8.666/93, constituindo motivo para rescisão aqueles previstos no Art. 78 do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
DO FORO:**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal nesta Capital, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, extraindo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Diário Oficial da União.

Belo Horizonte,

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA TERCEIRA REGIÃO**

Examinada e aprovada.

**ANTÔNIO DE SOUZA PONTES FILHO**  
Assessor Jurídico  
Portaria 49/01

[PR/CR/minutas/mpre3306]